

Ellen Gracie: o Judiciário falhou

ISABELLA SOUTO

DO ESTADO DE MINAS

Belo Horizonte – A presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Ellen Gracie, admitiu ontem que houve “falha” do Poder Judiciário no caso da adolescente que ficou presa numa cela com 20 homens, durante 27 dias em Abaetetuba, no Pará. A ministra afirmou que a responsabilidade pelo episódio será apurada pelo CNJ, inclusive para verificar se houve “omissão” do Tribunal de Justiça paraense.

“Haverá sempre uma falha do Judiciário quando houver ofensa aos direitos humanos, porque o Judiciário é a última trincheira do cidadão. Quando falham todos os outros serviços, que deveriam ter atuado primeiro, como o Conselho Tutelar, a própria família, a delegacia de polícia, enfim, todas as instâncias policiais e administrativas falharam, é ao Judiciário que o cidadão pode recorrer”, afirmou a ministra, em Belo Horizonte.

A abertura de procedimento disciplinar para apurar se houve responsabilidade da Justiça paraense no episódio foi determinada ontem pelo corregedor do CNJ, ministro César Asfor Rocha. O foco principal da investigação será a suspeita de que, logo após a prisão da menor, a Justiça estadual teria sido avisada da presença da acusada em uma cela com homens.

Segundo notícias publicadas na imprensa, a Polícia Civil do Pará teria protocolado um do-

cumento no Fórum de Abaetetuba em 7 de novembro pedindo a transferência urgente da jovem para o Centro de Recuperação Feminina (CRF), em Belém. O texto teria informado que a menina estava presa com outros detentos e, por isso, corria risco de ser submetida a “todo e qualquer tipo de violência”. O documento teria sido assinado pelo delegado Antônio Cunha, superintendente regional da região do Baixo Tocantins, e encaminhado à juíza Clarice Maria de Andrade.

O CNJ foi criado pela reforma do Judiciário, com o objetivo de fiscalizar e punir eventuais irregularidades praticadas por magistrados. De acordo com a presidente do Suopremo Tribunal, o órgão tem adotado medidas para coibir práticas ilegais. “Nossa atuação é para evitar que casos semelhantes venham a ocorrer de novo.”

Manaus

Uma estudante universitária de 18 anos que não quer ter seu nome revelado deve processar o Estado do Amazonas por ter sido detida em uma cela durante 14 horas com dois homens, entre os dias 19 e 20 de março deste ano. O advogado José Carlos Valim, que representa a família da jovem, pretende ainda hoje representar junto à Vara Especializada da Fazenda Pública contra o Estado, cobrando uma indenização por danos morais de mil salários mínimos, hoje correspondente a R\$ 380 mil.